

## da idade média à contemporaneidade ambientes e musealização

**Sessão 1.** Na última década, assistimos a um aumento exponencial das intervenções arqueológicas em contextos urbanos. O aumento generalizado das preocupações com a defesa dos valores patrimoniais, associado à progressiva disponibilização de instrumentos de ordenamento e planeamento de âmbito municipal, o desenvolvimento de legislação aplicável e a maior eficácia das entidades responsáveis pela tutela do património edificado e arqueológico, conduziu ao desenvolvimento da arqueologia preventiva e à criação de empresas de arqueologia e gabinetes municipais.

O território leste transmontano e duriense não ficou excluído e também aqui têm vindo a ser criadas estruturas municipais ligadas à protecção e divulgação do património, e têm vindo a ser desenvolvidas intervenções importantes. Pretendeu-se com a presente sessão discutir o “estado da arte” face a este conjunto de intervenções, de características muito diversas mas que têm vindo a ocorrer nos diversos centros históricos.

**Sessão 2.** A organização de uma sessão relativo à conservação da natureza, prende-se com a ligação sólida entre arqueologia e o território, mas também pelas semelhanças entre problemáticas relativas à protecção e valorização do património natural e arqueológico.

Debateram-se temas ligados à agricultura, ao ecoturismo, à conservação da natureza, em exemplos sectoriais e concretos, e incluiu-se uma vertente mais teórica e conceptual, relacionada com os meios de protecção e de ordenamento do património.

**Sessão 5.** Os processos de patrimonialização de sítios arqueológicos, na óptica da respectiva musealização, constituem o tema da presente secção, constituída no intuito de rever experiências concretizadas ou em projecto, no território em causa, e simultaneamente contribuir para aprofundar a sua eficácia em termos de fruição pública.



# 04

da idade média à  
contemporaneidade  
ambientes e  
musealização

III congresso  
de arqueologia  
trás-os-montes,  
alto douro  
e beira interior

actas das sessões

entidades organizadoras do congresso:



Centro Nacional de Arte Rupestre



Parque  
Arqueológico  
Vale do Côa

entidades financiadoras da edição:



COMISSÃO DE  
COORDENAÇÃO DA  
REGIÃO CENTRO



PROGRAMA  
OPERACIONAL  
DA REGIÃO CENTRO



Governo da  
República Portuguesa



UNIÃO EUROPEIA  
Fundo Europeu de  
Desenvolvimento Regional



# 04

**da idade média à  
contemporaneidade**  
ambientes e  
musealização

**III congresso  
de arqueologia**  
trás-os-montes,  
alto douro  
e beira interior

**actas das sessões**

## índice

- 6 **prefácio**  
António Edmundo
- sessão 1
- 7 **introdução**  
Paulo Dordio e Miguel Rodrigues
- 17 acta 1  
**O urbanismo e a arquitectura do Sabugal Velho (Aldeia Velha, Sabugal). Tentativa de caracterização de uma aldeia fortificada no Riba-Côa dos séculos XII-XIII**  
Marcos Osório
- 26 acta 2  
**A vila de Vinhais: da sua fundação e amuralhamento**  
Armando Redentor
- 35 acta 3  
**O Castelo de Torre de Moncorvo na Idade Média face aos resultados da intervenção de 2001**  
António Chéney
- 43 acta 4  
**Identificação do Fosso da Cerca de Torre de Moncorvo**  
César Guedes
- 49 acta 5  
**Povoamento e organização do território nas regiões de Chaves, Vila Real e Lamego (séc. IX-XIV)**  
Ricardo Teixeira
- 64 acta 6  
**As escavações arqueológicas na área urbana da Vila Velha de Vila Real**  
Lídia Baptista
- 79 acta 7  
**Vestígios materiais da guerra. A destruição da Capela de S. Marcos, em Trancoso, no ano de 1385**  
Maria Antónia Athayde Amaral, Paulo Morgado, Ricarda Moura e António Coelho Rocha
- 90 acta 8  
**Trás-os-Montes e Alto Douro na construção da economia moderna (séculos XV-XVII)**  
Amândio Jorge Morais Barros

## sessão 2

99 **introdução**

Ana Lúcia Berliner

100 acta 9

**Turismo de Natureza e Gestão de Áreas Naturais**

José Manuel Alho

108 acta 10

**Das Áreas Protegidas aos Parques Arqueológicos, uma analogia: o processo de criação, a gestão e os planos de ordenamento**

Fernando Pau-Preto

123 acta 11

**Exemplos da gestão do património natural do PNDI: estratégias de conservação**

Vítor Baptista

## sessão 5

- 126 **introdução**  
Graça Araújo
- acta 12
- 127 **Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa: subsídios para o programa museológico**  
António Faustino Carvalho e António Nabais
- acta 13
- 131 **Recuperar a memória da Vila Velha de Vila Real: da investigação à musealização**  
Ricardo Teixeira e João Ribeiro da Silva
- acta 14
- 154 **O santuário de São Salvador do Mundo de São João da Pesqueira. Estudo e proposta de valorização patrimonial: I – ARQUEOLOGIA**  
J. A. Gonçalves Guimarães
- acta 15
- 161 **A valorização dos povoados proto-históricos. Experiências (Citânia de Briteiros). Ideias para projectos (Senhora do Castelo – Urros)**  
Francisco Sande Lemos, Carla Braz Martins e Gonçalo Cruz
- acta 16
- 174 **Um discurso pedagógico para a arte rupestre do Vale do Côa: o processo de criação do Serviço Educativo do PAVC**  
Marta Mendes
- acta 17 (extra)
- 181 **El Mapa de Forrester – Aspectos históricos relativos a la navegación del Duero (en los 250 años de la *Região Demarcada do Douro* 1756-2006)**  
Emilio Rivas Calvo e Carlos d'Abreu

## ficha técnica

### Editor

Associação Cultural Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão

### Título

Actas do III.º Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior

### Coordenação do Congresso

Alexandra Cerveira Lima, António Martinho Baptista, António Sá Coixão

### Coordenação Editorial das Actas

Alexandra Cerveira Lima, André Tomás Santos, António Martinho Baptista, António Sá Coixão, Luís Luís

### Coordenação Científica da Sessão 1 Territórios de Fronteira. Reorganizações seculares (da Baixa Idade Média à Época Contemporânea)

Miguel Rodrigues, Paulo Dordio

### Coordenação Científica da Sessão 2 Património Natural: Como estamos de conservação?

Ana Berliner, Dalila Correia, Jorge Silva

### Coordenação Científica da Sessão 5 Musealizar em arqueologia: Experiências, horizontes, públicos

Graça Araújo

### Autores

Alexandre Matos, Ana Berliner, António Chéney, António Coelho Rocha, António Edmundo, António Faustino Carvalho, António Nabais, Armândio Jorge Morais Barros, Armando Redentor, Carla Braz Martins, Carlos d'Abreu, César Guedes, Dalila Correia, Emilio Rivas Calvo, Fernando Cabral, Fernando Pau-Preto, Francisco Sande Lemos, Gonçalo Cruz, Graça Araújo, J. A. Gonçalves Guimarães, João Muralha, João Ribeiro da Silva, Jorge Silva, José Manuel Alho, Lídia Baptista, Marcos Osório, Maria Antónia Athayde, Marta Mendes, Miguel Rodrigues, Paulo Dordio, Paulo Morgado, Ricarda Moura, Ricardo Teixeira, Sandra Naldinho, Vítor Baptista

### Gestão Editorial

Setepés.Arte

### Revisão de Textos

Sessão 1 Autores

Sessão 2 Dalila Correia e autores

Sessão 5 Graça Araújo

### Design

Gina Ferreira

### Pré-Impressão, Impressão e Acabamentos

1ª Edição, 2008. Porto

ISBN: 978-972-99799-3-4

Depósito Leal

### Tiragem

1000 Exemplares

No âmbito do projecto de valorização e salvaguarda do Campo de Batalha de S. Marcos, em Trancoso, cujo processo de classificação se encontra em fase de conclusão – com despacho de abertura do Vice-presidente do IPPAR em 2003 e homologado por S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro da Cultura, como Monumento Nacional, em Julho de 2004 – a Fundação Batalha de Aljubarrota e a Câmara Municipal de Trancoso têm vindo a promover um conjunto de iniciativas que incluem um levantamento documental sobre o monumento, um estudo arqueológico monográfico nas suas diversas valências – antropologia, zooarqueologia e paleobotânica, entre outras –, o tratamento da paisagem e, por fim, a construção de um Centro de Interpretação sobre o encontro militar ocorrido no contexto das guerras peninsulares dos finais do século XIV. A área classificada situa-se a cerca de dois quilómetros a Sul da vila de Trancoso e distribui-se pelas freguesias de S. Pedro, Torres e Santa Maria. O objecto patrimonial deste sítio abrange uma área geográfica relativamente extensa coincidente com a zona de posicionamento dos dois exércitos, o local onde teria acampado toda a carriagem e curral castelhanos (a carriagem portuguesa ter-se-ia mantido no castelo de Trancoso), a zona do confronto e, ainda, um pequeno templo, a Capela de S. Marcos, de finais do século XVIII, que perpetuou a memória deste evento. (Fig. 1)

O templo actual é um edifício de planta rectangular, com cobertura de duas águas assente numa cornija de granito e fachada de remate contracurvado. Os cunhais são em cantaria, de granito da região, e os paramentos rebocados. A porta principal, voltada a Oeste, tem ombreiras em silhares de granito, encimadas por lintel ligeiramente saliente e contracurvado nas extremidades, onde se inscreve uma data em caracteres latinos MDCCLIII. Esta data repete-se, em numeração árabe, no cunhal sudeste da capela, juntamente com uma inscrição E.O.A. / I.R.S., cujo desdobramento nos oferece sérias dificuldades (Caramelo, 2003: 536)<sup>1</sup>. Sobre a porta, uma janela losangular, com as faces ligeiramente côncavas, reforça o desenho contracurvado da fachada. O telhado, na zona voltada a oeste, é rematado por um crucifixo em pedra, assente em peanha e, lateralmente, por 2 remates de base prismática. A metade Este da capela é rasgada por dois vãos simples, do lado Norte e do lado Sul.

Segundo a documentação e relatos monográficos locais, a capela actual teria sido mandada construir pela Câmara de Trancoso, em época de D. João V (1689-1750), em comemoração da batalha contra os castelhanos, em 1385 (Moreira, 1932: 23, 25-26). De facto o templo existia já em 1732, mas encontrava-se em muito mau estado (*Idem*: 65). O Abade da paróquia de Santa Maria de Guimarães, Diogo Furtado da Costa Mendonça, informava, por essa altura, que a Câmara e povo de Trancoso costumavam fazer, por antigos votos, romarias a esta capela na véspera e dia de S. Marcos que, até à data, fora da administração da família Fonseca, originária de Trancoso. Essa administração tinha cessado pouco tempo antes *porque os descendentes, a quem pertencia ficão sem bens alguns pelos averem arrematado, pela dívida dos pagadores gerais desta província, Com que ficarão a fazenda real D. Luís de Sousa e seu filho Gaspar de Souza, que ambos o forão, e devedores ambos e se faz esta romaria por votto a que ficarão obrigados pela vitoria alcançada no mesmo sítio da Capella* (Correia, 1989: 46). Mais informa este Abade que para dizer as missas destas romarias, que eram três ao todo (S. Marcos, Nossa Senhora da Ribeira e Nossa Senhora de Açores), era nomeado, de dois em dois anos, pelos clérigos da vila de Trancoso (cerimónia presidida pelo Arcipreste e onde apenas tinham voto, na eleição, os Presbíteros) um capelão a quem chamavam Mestre sala e que tinha como função dizer as missas e arrecadar as esmolas. A ele pertenceriam os dízimos de todas as fazendas – *Boucalleiras* - que estavam em zonas exteriores aos limites das Igrejas *que he parte do aro da Villa, e do Couto da serra, Cujos senhores estão fora do Bispado, e as fabricão por sua conta*. Os proprietários que residissem no Bispado, onde deveriam ser fregueses, arrecadariam para si essas rendas (*Idem*: 47).

acta 7

## Vestígios materiais da guerra. A destruição da Capela de S. Marcos, em Trancoso, no ano de 1385

Maria Antónia Athayde Amaral

Paulo Morgado

Ricarda Moura

António Coelho Rocha

<sup>1</sup> Este autor apresenta uma leitura E(*esta*) O(*bra*) A(*cabou-se*) e o I.R.S. como referente ao construtor, que não nos parece credível.

A cessação da administração da capela por parte da família Fonseca parece sugerir um subsequente período de abandono do templo; pelo menos assim relata o Abade de Santiago Araújo Tavares da Costa (*Idem*: 65), que explicaria a grande campanha de obras impulsionada pela Câmara de Trancoso em 1784 (alargada, de qualquer modo, a vários monumentos da vila), testemunhada nas deliberações camarárias desse mesmo ano, o novo incremento concedido ao mercado que se costumava realizar no dia 25 de Abril na capela de S. Marcos, bem como a data gravada no cunhal Sudeste da capela e no lintel da porta principal. (Fig. 2)

A documentação consultada é inequívoca quanto às obras de reparação do edifício em 1784 e em 1857<sup>2</sup>, não se referenciando nunca obras de construção de raiz. A capela de S. Marcos existente em 1732 é, por conseguinte, a mesma que chegou aos nossos dias, mais ou menos alterada pelas intervenções posteriores, podendo adiantar-se que a sua construção deve remontar, efectivamente ao século XVII, inserida no conjunto de acções simbólicas de afirmação da independência nacional levadas a cabo no período da Restauração pelo poder régio, em todo o País, mas também pelos poderes locais e regionais.

Restava-nos agora, e para colmatar algumas lacunas de informação – ao contrário com do que se passara com o projecto de Aljubarrota, esta zona nunca tinha sido alvo de uma intervenção arqueológica nem havia notícias, antigas ou recentes, que referissem achados medievais no local que historiografia vinha designando, até hoje, como provável da Batalha de S. Marcos – proceder à identificação exacta da capela que, segundo as crónicas medievais, aqui teria existido em finais do século XIV, e que teria sido destruída por acção do fogo.

<sup>2</sup> A 9 de Março de 1857 a Câmara Municipal de Trancoso deliberou no sentido de mandar reparar a ermida de S. Marcos, que se encontrava em estado de ruína.

## A Batalha de S. Marcos, em Trancoso

Se, por um lado, os vestígios materiais da batalha eram, até à data, inexistentes neste local, havia um inusitado manancial de descrições coevas, algo pormenorizadas, sobre a batalha que aqui se desenrolara e sobre o monumento, a capela de S. Marcos, que serviu, para a historiografia posterior, de elemento rememorativo e identificador do local. Importantes cronistas dos finais do século XIV e inícios do XV, nacionais – Fernão Lopes – ou estrangeiros – Pero Lopes de Ayala e Jean Froissart –, teriam deixado as suas impressões, com algumas diferenças e mesmo alguma confusão, sobre o que teria acontecido naquela manhã de 29 de Maio de 1385, na veiga de Trancoso, localizada a sul da actual vila. Conta-se, então, e em síntese, que um pequeno exército, organizado localmente por cinco fidalgos das mais prestigiadas famílias beirãs – Gonçalo Vasques Coutinho, alcaide de Trancoso, Martim Vasques da Cunha, alcaide de Linhares, Gil Vasques da Cunha, João Fernandes Pacheco, alcaide de Ferreira de Aves e Egas Coelho – surpreendera o poderoso exército castelhano em marcha de regresso de uma das muitas incursões de pilhagem à região das Beiras.

O exército invasor, comandado por João Rodrigues de Castanheda, percorria há já algum tempo a zona entre Almeida e Viseu, sem *receo e de seu vagar... a roubar, cativar, e fazer todo o dano que podiam, a sua vontade, em vista e rosto dos capitães daquela comarca, como homees que se nom receavam delles nem doutra nenhuma pessoa, por então nem ao diante, e entrarom nas igrejas, roubaromnas de quanta prata e averes em ellas achavam* (CDJI, II: 42). A facilidade com que o exército castelhano se movia numa zona do território português que se encontrava nas mãos de poderosas famílias, com capacidade militar para sustentar a pilhagem e destruição, não deixou de ser notada, com alguma ironia, por D. João, Mestre de Avis (*Idem, ibidem*)<sup>3</sup>, que se encontrava, com D. Nuno Álvares Pereira, nessa mesma altura, em campanhas de Entre Douro e Minho.

<sup>3</sup> E a causa desta atitude mais não era consequência do ódio e desvairo que os capitães portugueses que em aquella comarca estavam amtre sy avia, emtemdemdo quue pois dacordo não erao, que se nã juntario comntra eles.

*Maravilhado som de Gonçalo Vasquez e de Martim Vasquez e daquelles fidalgos da Beira que alaa estam, andarem asy os inimigos perante elles como per sua casa, fazendo tanto estrago como dizem que fazem, e nom lhe poerem a praça, e leixaremnos assi roubar e ir a seu salvo; parece que se doem pouco da terra que am de lograr e com que soportam suas honras e estados (Idem, ibidem: cap. XIX, p. 44).*

João Fernandes Pacheco, guarda-mor del rei, é enviado à Beira com o objectivo de conciliar os fidalgos, *que erom postos em desvairo e omizio por azo de tomadyas que hûus diziaõ aos outros que tomavõ em suas terras naõ ho devendo de fazer (Idem, ibidem: 43)*, e convencê-los a organizarem-se militarmente, o que realmente acabou por suceder, fosse pelas palavras do emissário régio, fosse pela quantia que sabemos ter-lhes sido enviada, talvez pela mão do próprio João Fernandes Pacheco, a que se referem os capítulos especiais das Cortes de Évora de 1436, apresentada pelos procuradores daquela cidade (Arnaut, 1947: 34, 71-72 e 109-110). *E tambem mandaram mujtos djnheiros a gonçalo uasquez coutinho e a martim uasquez da cunha por teerem a batalha de Trancoso (Idem, ibidem: 34, 107-109).*

Seja como for, o facto é que o exército português, composto por 340 homens de armas e cerca de 1400 peões<sup>4</sup>, foi posicionar-se na veiga de Trancoso por onde o exército inimigo haveria forçosamente de passar, no regresso de Viseu. *E sabendo que elles avião de vir perante a villa de Trancoso cõ todo o roubo, poserom su batalha em huma ueiga, a meã legoa pequena da villa, por hu lhes era forçado de passar (CDJI, II: 46).*

Crê-se que o exército castelhano teria preferido o trajecto da antiga via de Viseu à fronteira, seguindo, no regresso, por Povolide, Roriz, Esmolfe, Sezures, Forninhos, Penaverde, Casal do Monte, Venda do Cepo, *ueiga de Trancoso* e daqui, por Póvoa del Rei, Valbom, Pinhel, Pereiro, Valverde e Almeida (Vale de la Mula).

Este exército, bastante mais numeroso que o exército beirão, era constituído por cerca de 400 cavaleiros e um número indeterminado de homens de pé e de besteiros, para além de uma carriagem, muito longa, que englobava mais de setecentas azémolas e outros gados, o saque considerável (*trazião muy gramde roubo*) e um extenso séquito de prisioneiros que incluía homens, mulheres e crianças (CDJI, II: 46), além do conjunto de muares e viaturas onde se transportavam as munições, bagagens, víveres e forragens (Monteiro, 1998: 252), perfazendo uma coluna de marcha de cerca de 3 km de extensão (Arnaut, 1947: 97). *...parecerom...no começo da veiga e quando virom os Portuguese estarem daquelle geito contra si, falando verdade, nom lhes prougue muito.... E fastavãose da veiga aa mão direita, contra a ribeira de Freches por se irem polla ladeira do valle, por antre os Portugueses e a fraga do monte; Hos Portugueses, quando esto virom, moverom loguo por diante, e chegaramsse mais a elles de rosto, hu esta huma ermida que chamão Sam Marcos (CDJI, II: 46-47).*

Depreende-se desta descrição que o exército português esteve primeiramente posicionado um pouco a Norte da ermida de S. Marcos e que, observando a mudança de trajecto do exército inimigo, se colocou junto à capela, impossibilitando o exército castelhano de alcançar a via que conduzia ao Chafariz do Vento e tornando, deste modo, inevitável o confronto. (Fig. 3)

<sup>4</sup> Um recrutamento, que se sabe apressado, de camponeses dos concelhos vizinhos.

## O estudo arqueológico

O objectivo do estudo arqueológico deveria, por conseguinte, tentar responder à questão da identificação do posicionamento dos dois exércitos no terreno, da consequente zona do confronto e ainda da capela desaparecida pouco depois da batalha.

Para tal, tornava-se urgente, antes de mais, proceder ao estudo das vias antigas em torno da vila de Trancoso, com base nas fontes escritas, na cartografia antiga e moderna e, na foto-interpretação; seria, ainda, importante, localizar, através da prospecção geofísica e da escavação arqueológica, a antiga capela de S. Marcos que poderia fazer sob o actual edifício ou, mais provavelmente, nas suas imediações.

### 1. A foto-interpretação

A foto-interpretação foi o método de prospecção arqueológica indirecto que, desde logo, se nos afigurou capaz de registar e seleccionar os locais preferenciais para a utilização de outros modelos de prospecção, como a geofísica, de que necessitávamos para iniciar a investigação arqueológica numa área tão vasta, reduzindo a área de intervenção, o tempo dispendido e os subsequentes custos.

A foto-interpretação teve por base uma série temporal disponível de fotografias, constituindo pares estereoscópicos, obtidas em voos de 1958, 1968, 1974, 1983, 1995, com filmes a preto e branco. Através deste método analisou-se a evolução da rede viária, e individualizou-se todo o conjunto das vias na actualidade, por um lado, e constituiu-se, por outro, um possível cenário para as vias consideradas antigas, ou seja, aquelas que definiam o emparcelamento da paisagem. Desta análise pôde concluir-se que a rede viária antiga se estruturou a partir de quatro eixos principais, dois com a orientação Norte-Sul – coincidente, a oeste da capela, com o actual eixo principal de ligação entre Trancoso e Fiães, e a Este do mesmo templo, com a antiga ligação Trancoso – Courelas – Frecha – Freches – e dois com a orientação Este-Oeste – o eixo localizado a Norte da capela de S. Marcos, que liga a povoação de Courelas à estrada de Trancoso a Fiães, o eixo localizado a Sul liga a povoação do Frechão à estrada de Trancoso – Fiães. Estes quatro eixos, curiosamente, interceptam-se exactamente na área em estudo, formando um anel em torno da cumeada onde se implanta a actual capela de S. Marcos. Identificaram-se, ainda, na busca da presença de eventuais estruturas antigas, contrastes anómalos, alinhados ou não, sobre o solo, ou outras alterações significativas na paisagem, quatro zonas de destaque:

**Zona A** – localizada a cerca de 400 m a Oeste da capela, caracterizada por zonas com contraste de forma aproximadamente circular, de tonalidade mais clara ao centro e com rebordo descontínuo mais escuro sendo bem visível, no voo de 1974, um alinhamento não concordante com os limites de propriedade ou caminhos.

**Zona B** – localizada a cerca de 400 metros Norte da capela, formada por anomalias lineares identificadas em 4 datas (1958, 1968, 1974 e 1983).

**Zona C** – prolonga-se a N/NE da capela, à distância mínima de 100 metros e máxima de 400 metros, sendo formada por anomalias em mancha e lineares.

**Zona D** – A cerca de 150 metros a Nordeste da capela, é constituída por diversos alinhamentos.

Foram ainda detectadas, durante a prospecção de campo de toda a área em vias de classificação, duas zonas com vestígios ceramológicos à superfície, um núcleo a cerca 50

metros a Oeste da capela e outro a cerca de 400 m a Nordeste do mesmo templo.

Em síntese, poderíamos concluir:

**1** - Três das quatro áreas identificadas correspondem, grosso modo, à zona correspondente ao local onde a historiografia localiza a batalha.

**2** - A zona A pode corresponder à zona onde o exército castelhano terá assentado o arraial, *campo bel et ample* de que fala Froissart (Arnaut, 1947: 23-24) ou ainda as *tierras labradas que y avia por dó avian de passar*, referenciadas por Ayala (*Idem, ibidem*). No mesmo local encontra-se identificado um casal rural romano com vestígios superficiais de cerâmica de construção e de cerâmica comum (Crespo, 2000: 368).

**3** - Por fim, não podemos deixar de referir a hipótese de as anomalias identificadas e a respectiva delimitação de zonas poderem ter tido uma génese associada às condições geológicas e pedológicas locais ou corresponderem a acções humanas não relacionadas directamente com a batalha. (Fig. 4)

## 2. A geofísica

Identificadas estas quatro zonas, o passo seguinte teve, mais uma vez, como objectivo, a restrição da área de intervenção arqueológica que, mesmo depois da redução proporcionada pela foto-interpretação, se apresentava muito extensa para aferição dos resultados.

A prospecção geofísica foi elaborada pela empresa Sigologia em colaboração com a Geosonda, Lda., através de métodos magnéticos e eléctricos, complementados com sondagens mecânicas a trado, ao longo de uma faixa de cerca de 400 metros por 100 metros, inserida num vale muito aberto de orientação NNE, em direcção à povoação de Courelas.

A metodologia utilizada conjugou a prospecção do subsolo baseada em propriedades físicas (magnetismo e resistividade) com a recolha de amostra de subsolo no sentido de atingir os seguintes objectivos:

**1** - Identificar anomalias magnéticas;

**2** - Identificar anomalias resistivas;

**3** - Aferição dos modelos geofísicos através de sondagens mecânicas.

Como conclusão deste trabalho foram sugeridas 7 áreas potenciais para uma intervenção arqueológica, cuja escolha foi baseada na relevância das anomalias detectadas. (Fig. 5)

A zona do adro da actual capela de S. Marcos, que se prospectou com o objectivo de identificar aquela que D. Juan de Castela teria mandado incendiar quando novamente invadiu Portugal, em Julho de 1385, e cuja marcha culminou com o desastre de Aljubarrota, revelou grande variabilidade no parâmetro gradiente magnético e resistividade eléctrica, detectando-se anomalias com alinhamentos paralelos e ortogonais, indicadores da presença da actividade humana e confirmados pelos resultados da campanha de sondagens mecânicas. (Fig. 6)

## 3. A sondagem arqueológica no adro da Capela de S. Marcos

Em Setembro de 2004 procedeu-se a uma sondagem na zona do adro da capela de S.

Marcos com o objectivo de aferir, pelo menos para o caso da Capela de S. Marcos, os dados proporcionados pelos métodos de prospecção utilizados.

Foi marcada, na zona a Oeste, coincidente com os alinhamentos paralelos e ortogonais detectados na prospecção geofísica, uma sondagem de 8 m x 4 m, com a orientação Este-Oeste, e uma outra, que acabou por não poder ser intervencionada, de 4 x 4 metros a Sul da

capela, onde também tinha sido detectado um ponto de manifesto interesse arqueológico. (Fig. 7)

A primeira decapagem revelaria de imediato uma estrutura constituída por um ângulo (Sudoeste) de um muro de grande envergadura, de 6 metros de comprimento e 85 cm de largura, no sentido Este-Oeste – com duas fiadas de pedras rudemente afeiçoadas, com dimensões entre 58x36 cm a 33x30 cm –, e 4,5 metros de comprimento no sentido de Sul-Norte.

A necessidade de caracterizar esta estrutura obrigou a um alargamento da sondagem 80 cm para Sul e 2 metros para Oeste,

Ao longo da escavação verificou-se o seguinte:

- o muro Sul foi destruído por uma vala, com um depósito de terras negras, com bastantes carvões, onde foram exumados materiais ceramológicos que não ultrapassam o século XVII na parte superior e materiais contemporâneos na inferior, como caricas e plásticos, apresentando uma estratigrafia completamente invertida.
- o muro Oeste apresenta uma interrupção a Norte, que pode corresponder à porta de entrada do templo primitivo.
- uma pedra saliente, na parte exterior do ângulo da estrutura, correspondente ao arranque de um segundo compartimento, sugere a continuidade do edifício para Sul.
- a uma cota inferior, e com um traçado ligeiramente oblíquo ao muro Oeste, surgia uma segunda estrutura, que se prolongava sob o alicerce do referido muro e, conseqüentemente, mais antiga. (Fig. 8)

## Conclusão

Os trabalhos desenvolvidos até agora permitiram pôr à vista uma estrutura de grandes dimensões, a Oeste da actual capela de S. Marcos, que pode corresponder ao edifício mandado destruir por D. Juan de Castela, em Julho de 1385<sup>5</sup>.

Esta estrutura, apresenta, a Oeste, cerca de 10 metros de comprimento (4,5 metros visíveis, interrompida por uma porta que poderia ter 1 metro de largura, com prolongamento de mais 4,5 metros), provavelmente encostada aos penedos de granito, e a Este, o mesmo comprimento, ou mais uns quantos metros, perfazendo uma planta quadrangular ou rectangular, que poderia prolongar-se sob a nave da actual capela. Foi ainda registado um nível de ocupação, mais antigo, materializado numa segunda estrutura que se prolonga sob o alicerce do muro Oeste, a uma cota inferior.

Em relação à implantação da capela actual podemos contactar um recuo significativo em relação ao templo primitivo. Após o incêndio do século XIV o local deve ter ficado exposto à acção do homem e do tempo, por longos anos, sendo natural que, quando se tomou a iniciativa de ali erguer uma nova capela em comemoração da vitória sobre os castelhanos, o que pode ter ocorrido, como já foi referido, no tempo de D. João V ou mesmo antes, já não houvesse memória sobre o local exacto da anterior ou, mais provavelmente, que a lógica de implantação fosse outra, não fazendo sentido aproximá-la dos barrocos de granito mas antes recuá-la em relação à via permitindo, deste modo, a definição de um adro amplo, mais apropriado aos dias das romarias e de mercado.

Para finalizar podemos ainda acrescentar que toda esta área aplanada que terá servido de palco à movimentação dos dois exércitos, localizada a Sul da vila de Trancoso, com a cota

<sup>5</sup> Não podemos, contudo, deixar de pôr hipótese de também se poder tratar de uma outra capela, mandada erigir no reinado de D. João I, a par das obras de beneficiação da fortificação que, sabemos, o mesmo monarca promoveu em Trancoso.

altimétrica entre os 800 e os 850 metros de altitude, constitui-se geograficamente como ponto de divisão das bacias de dois importantes cursos de água – O Douro e o Mondego – e estrategicamente como importante ponto de cruzamento das vias que, desde a Antiguidade, se dirigiam ao Douro, a Viseu, a Coimbra e à fronteira com Espanha. Não admira pois que aqui se tenha erguido, provavelmente desde tempos remotos, um templo que assinalasse, na paisagem, este importante nó viário. Também não surpreenderá que esse mesmo templo, ou outros que antes ou depois da Batalha de S. Marcos aqui tivessem sido erguidos, fosse destruído pelos exércitos que por aqui passaram, como parece sugerir a lenda de S. Marcos relatada por Manuel de Araújo Tavares da Costa, abade de Santiago (Correia, 1989: 99)<sup>6</sup>, e que este local se venha a revelar um importante repositório não de uma mas de várias ocorrências bélicas.

Aguardemos, pois, o prosseguimento dos trabalhos arqueológicos, nesta área, pois só assim poderemos conhecer a história desta região em várias épocas e em várias valências.

<sup>6</sup> O autor põe a hipótese de aqui se ter dado a batalha de D. Afonso Henriques contra os Mouros em 1140. Teixeira 1932: 15 conta que após Ourique, Omar avança sobre Trancoso assentando arraiais num planalto do desfiladeiro de Freches, onde diz a tradição existiu um convento de monges militares – São Marcos – e breve puseram cerco a Trancoso.



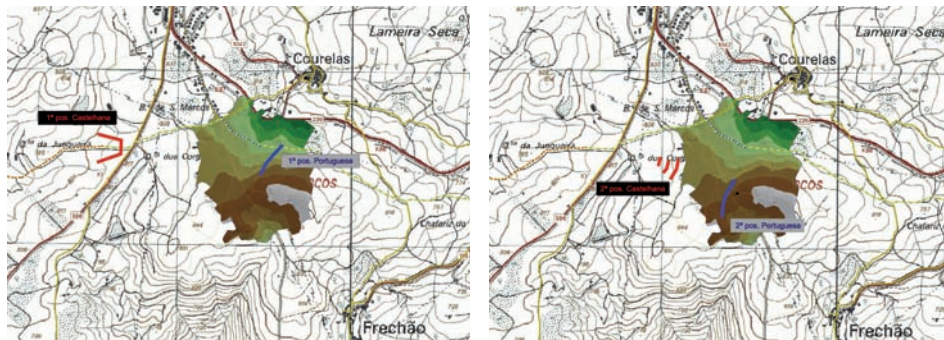
**figuras**

**fig. 1** Capela de S. Marcos.



**fig. 2** Cunhal da Capela de S. Marcos.

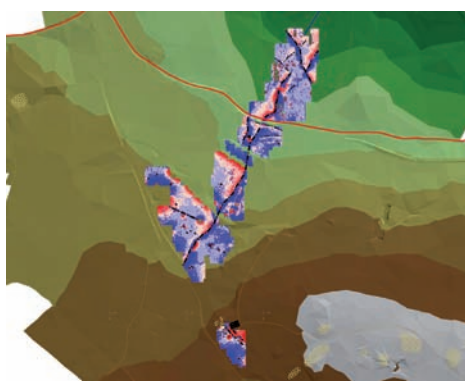
**fig. 3** Dois momentos da Batalha de S. Marcos.



**fig. 4** Resultados da fotointerpretação com a identificação da rede viária antiga, a vermelho, das zonas anómalas, a azul e dos vestígios de cerâmicas de superfície a roxo.



**fig. 5** Anomalias detectadas pela prospecção geofísica, com a zona da capela de S. Marcos, a Sul.



**fig. 6** Resultados da prospecção geofísica na zona da Capela de S. Marcos.





**Bibliografia**

- ARNAUT, S. D. (1947) – *A Batalha de Trancoso*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- BATLLE I GALLART, C. (1966) – *La fecha de la Batalla de Trancoso (29-5-1385)*. Anuario de Estudios Medievales. Barcelona. 3, p. 525-528.
- CAMPOS, N. (1915) – *Monographia de Trancoso*. Almanach-Anuario de Trancoso.
- CARAMELO, J. F. A. (2003) – *Monografia: Trancoso*. Trancoso.
- COSTA, A. da (1948) - *Dicionário Corográfico de Portugal. Vol. XI*. Porto: Livraria Civilização
- COSTA, F. J. dos S. (1999) – *Breve Monografía de Trancoso*, Trancoso.
- COSTA, F. J. dos S. (2003) – *O Bandarra*. Almanaque Anuário de Trancoso, Trancoso.
- CORREIA, L. (1986) – *Notícias de Trancoso*. Trancoso: Câmara Municipal de Trancoso.
- CORREIA, L. (1989) – *Trancoso (Notas para uma Monografia)*. Trancoso: Câmara Municipal de Trancoso.
- CRESPO, M. do C. – Contributos para a Carta Arqueológica de Trancoso. In FERREIRA, M. do C.; PERESTRELO, M. S.; OSÓRIO, M.; MARQUES, A. A., eds. – *Beira Interior. História e Património*. Guarda: [s.n.], p. 361-374.
- DORDIO, P. J. (1998) – *Arqueologia das Vilas Urbanas de Trás-os-Montes e do Alto Douro. A reorganização do povoamento dos territórios da Baixa Idade Média (séculos XII-XIII)*. [Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade do Porto].
- DORDIO, P. (1998) – *Centros de povoamento: um percurso pelas Vilas medievais*. In LIMA, A. C. P. S., ed. – *Terras do Côa: da Malcata ao Reboredo: Os valores do Côa*. Maia: Estrela-Côa, p. 15-73.
- LEAL, A. S. de A. B. de P. (1880) – *Portugal Antigo e Moderno. Vol. IX*. Lisboa: Mattos Moreira, p. 711-724.
- LOPES, F. (1990) – *Crónica de el rei D. João I. Vol. II*. Lisboa: Livraria Civilização.
- OLIVEIRA, Gen. F. A. de (1985) – *A Batalha de Trancoso*. In Aljubarrota 600 anos: Ciclo de Conferências da Sociedade Histórica da Independência Nacional. [S.I.]: S.H.I.P., p. 211-228.
- MARQUES, M. A. F. (2000) – *As terras de Vila Nova de Foz Côa na Idade Média*. In Soalheiro, J. – *Foz Côa: Inventário e Memória*. Porto: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, p. 17-29.
- MONTEIRO, J. G. (1998) – *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Editorial Notícias.
- MOREIRA, D. B. S. (1932) – *Terras de Trancoso*. Porto: Ed. de Autor.

MORENO, H. B. (1972) – *Alguns documentos para os estudos das estradas medievais portuguesas*, Revista das Ciências do Homem. Lourenço Marques. 5: Série A, p. 97-110.

MORENO, H. B. (1998) – *A Feira de Trancoso nos séculos XIV e XV*. Separata de Revista de Ciências Históricas. Porto. 3, p. 217-221.

PERESTRELO, M. S., FERREIRA, M. do C. C. (2002) – *Fortificações e caminhos medievais no Médio Côa*. In FERNANDES, I. C. F. – *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. Lisboa: Edições Colibri; Câmara Municipal de Palmela.

ROCHA, A. C.; MOURA, R. (2005) – *Campo Militar de S. Marcos: Prospecção Geofísica: Relatório*. [Sigologia, Agosto de 2005].

ROCHA, A. C. (2004) – *Campo Militar de S. Marcos: Levantamento Topográfico: Relatório*. [Sigologia, Maio de 2004].

SOALHEIRO, J. M. (2000) – *Arciprestado de Vila Nova de Foz Côa, Diocese de Lamego: Breve ensaio sobre o território e as comunidades eclesiais*. In SOALHEIRO, J. – *Foz Côa: Inventário e Memória*. Porto: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, p.30-56.

TEIXERA, I. A. (1982) – *Trancoso Terra de Sonho e Maravilha*. Trancoso: Câmara Municipal de Trancoso.